

HBO defende cenas de estupro e violência contra mulher em série

(O Globo, 01/08/2016) Uma das novas séries da HBO mais aguardadas por público e crítica é “Westworld”, uma adaptação televisiva do homônimo filme de Michael Crichton, de 1973 (no Brasil, o longa ganhou o subtítulo “Onde ninguém tem alma”), que conta a história de um parque temático futurista.

Prometida como “uma odisseia obscura sobre a aurora da consciência artificial e o futuro do pecado”, a série — cujo piloto foi exibido em evento da Associação de Críticos de Televisão dos EUA, a TCA, neste fim de semana — já gera polêmica por sua representação da violência sexual contra mulheres.

O “Hollywood Reporter” descreveu a controversa cena protagonizada por uma realista robô feminina (interpretada por Evan Rachel Wood) que é arrastada e estuprada por um vilão interpretado por Ed Harris.

Presentes ao painel da HBO no TCA, o presidente do canal, Casey Bloys, e a produtora executiva da série, Lisa Joy, foram bombardeados por perguntas sobre a cena. “Quando estávamos abordando um projeto sobre um parque cuja premissa é exatamente permitir ao visitante fazer o que deseja com impunidade e sem consequências, parecia um problema com o qual teríamos que lidar”, justificou Joy.

“Violência e abuso sexual são fatos da história humana desde seu início. Existe algo sobre nós — agradecidamente, não com a maioria de nós —, mas existem pessoas que se envolveram em casos de violência e que são vítimas dessa violência”, continuou a produtora. “A série trata de explorar estes crimes, posicionando-os, assim como o tormento dos personagens, dentro da narrativa e explorando suas histórias, espero, com dignidade e profundidade”.

Joy disse ainda que a representação de estupro em “Westworld” não foi concebida como uma “fetichização dos referidos atos”.

Bloys também respondeu sobre o assunto: “o ponto é que em ‘Westworld’ eles são robôs. Como você trata um robô com qualidades semelhantes às humanas? É um reflexo de como você iria tratar um humano? É um pouco diferente de ‘Game of thrones’, onde a violência é entre humanos. Mas o ponto principal aqui é: isso é algo em que pensamos? Sim, e acho que a crítica é válida... Acho que a crítica é o ponto de partida disso”.



Rodrigo Santoro como Harlan Bell em ‘Westworld’ (Foto: Reprodução)

Concebido por J.J. Abrams e Jonathan Nolan, o híbrido de ficção científica e *western* tem em seu elenco Rodrigo Santoro, Thandie Newton, James Marsden e Anthony Hopkins, que interpreta o criador do parque temático.

A série, que passou por uma produção tumultuada, já tinha sido criticada por ter feito um anúncio polêmico. Em setembro do ano passado, foi divulgado que alguns figurantes teriam que assinar um contrato em que concordavam em participar de cenas com “situações sexuais explícitas”, incluindo “toques entre genitais” e “ser filmado de quatro enquanto outros atores nus aparecem por trás”.

“Westworld” estreia no próximo dia 2 de outubro.

Acesse o PDF: [HBO defende cenas de estupro e violência contra mulher em série \(O Globo, 01/08/2016\)](#)

MIA sobre lista de indicados ao VMA 2016: ‘Racista, sexista e elitista’

(HuffPost Brasil, 29/07/2016) A cantora MIA usou seu perfil no Twitter nesta quinta-feira (28) para falar sobre o MTV Video Music Awards 2016.

A inglesa ficou de fora da lista de indicados e acusou a premiação de ter sido “racista, sexista, classista e elitista”.

Ela publicou uma série de tweets mostrando indignação pelo fato do vídeo da música *Borders* não ter sido indicado na categoria de Melhor Clipe do Ano.

Dirigido pela própria cantora, o vídeo aborda a delicada questão da crise de refugiados na Europa, exibindo imagens de grandes grupos espremendo-se em barcos e em grades nas fronteiras.

Assista no player abaixo:

Veja os tweets da cantora:

MIA - BORDERS is not included in the VMAs [#hahahahhaahahaha!!](#) Racism sexism classism elitism [#dontwantyourlane!](#)

— M.I.A (@MIAuniverse) [28 de julho de 2016](#)

“MIA - Borders não está incluído no VMA [#hahahaha](#) Racismo, sexismo,

classismo, elitismo.”

BORDERS came representing people outside US showing ☐. This is a perfect example of “allowed” voice vs excluded voices .Even if U direct it.

— M.I.A (@MIAuniverse) [28 de julho de 2016](#)

“Borders representa as pessoas de fora dos Estados Unidos. Esse é um perfeito exemplo de vozes ‘que são permitidas’ versus vozes excluídas. Até mesmo se é você quem dirige.”

not here 4 EGO or Accolades but know before you tell other ☐ artists they have the same platform as major US artists coz they don’t #☐

— M.I.A (@MIAuniverse) [28 de julho de 2016](#)

“Não estou aqui por ego ou para ganhar elogios, mas saiba das coisas antes de dizer artistas do resto do mundo que eles têm a mesma projeção que grandes artistas americanos, porque eles não têm.”

Os pais de MIA são do Sri Lanka. A cantora nasceu na Inglaterra, mas chegou a morar no local onde os pais nasceram e conhece o drama presente na região.

A lista de indicados ao VMA 2016 foi divulgada nesta terça-feira (26) e tem a cantora Beyoncé em destaque. Ela recebeu 11 indicações, incluindo o de Videoclipe do ano, pelo registro da música Formation – que aborda temas relacionados à luta por igualdade racial.

Em entrevista ao Evening Standard em abril, MIA fez duras críticas a Beyoncé por conta de seu não posicionamento sobre outros assuntos além do ativismo negro – mais especificamente o movimento Black Lives Matter (As Vidas Negras Importam)

“Beyoncé e Kendrick Lamar vão dizer que Vidas Muçulmanas Importam? Ou Vidas de Sírios Importam? Ou essa criança no Paquistão importa?”,

questionou.

Acesse no site de origem: [MIA sobre lista de indicados ao VMA 2016: 'Racista, sexista e elitista' \(HuffPost Brasil, 29/07/2016\)](#)

Enfim: Globo exhibe 1ª cena de sexo gay da televisão brasileira

(HuffPost Brasil, 12/07/2016) Se o beijo gay foi durante décadas um tabu na TV Globo, que dirá uma cena de sexo de um casal LGBT?

A audiência mais conservadora nunca quis assistir a uma demonstração de carinho de homossexuais na TV aberta. E encontrava eco em atores, autores de novelas e, claro, nos executivos manda-chuva da emissora, que chegaram a censurar aquele que seria o primeiro beijo gay na tevê, na novela *América* (2005).

Leia mais: [Cena de sexo gay em 'Liberdade, liberdade' é comemorada por classe artística \(Extra, 13/07/2016\)](#)

Foram necessários quase dez anos até que a Globo se tornasse mais permeável à ideia e aceitasse o beijo de Félix (Mateus Solano) e Niko (Thiago Fragoso) no último capítulo de *Amor à Vida* (2014).

Ao contrário das projeções negativas e quadradas, o Brasil comemorou.

Nesta terça-feira (12), foi a vez de a Globo exhibir a primeira relação sexual entre dois homens — em *Liberdade, Liberdade*.

[#LiberdadeLiberdade pic.twitter.com/yn2Zm5gmpr](#)

— Reality Social (@RealitySocial) [13 de julho de 2016](#)

Após um desabafo sobre amizade verdadeira, Tolentino (Ricardo Pereira) e André (Caio Blat) se arrancam beijos de desejo reprimido.

Eles tiram a roupa e se entregam à paixão que nutrem um pelo outro há tempos.

A troca de carícias e abraços marca a descoberta de corpos que ainda não se conheciam nus e livres.

Diego Iraheta

Acesse no site de origem: [Enfim: Globo exhibe 1ª cena de sexo gay da televisão brasileira \(HuffPost Brasil, 12/07/2016\)](#)

Misoginia em verso e refrão

(O Tempo, 26/06/2016) Quem ouve com atenção, se espanta. Está nas letras de ícones da MPB, no sertanejo de raiz e no universitário, no funk pancadão e no rock. Está no rap, no pagode e no brega, indiscriminadamente, a aproximar compositores brasileiros de todos os gêneros musicais e de todas as décadas: a misoginia, sempre a ecoar em tantos versos que incitam a violência contra a mulher.

A voz que ameaça “se ela vacilar, vou dar um castigo nela, (...) quebrar cinco dentes e quatro costelas” é de Zeca Pagodinho. Martinho da Vila cantou que “essa nega, pra ser minha, vai ter muito que sofrer, apanhar quando merece, apanhar sem merecer”. Não estão sós. João Bosco, Noel Rosa, Dorival Caymmi, Moreira da Silva e Sinhô também já escreveram versos de ameaça à integridade física de uma mulher.

“Temos uma história da música popular brasileira que passa muito pelos homens e, vivendo em uma sociedade machista, necessariamente vai passar por uma visão machista”, constata a cantora e compositora Bia Nogueira,

produtora do Sonora - Ciclo Internacional de Compositoras e do Mulheres Criando, ambos voltados a compositoras mulheres. “Existe uma falsa ideia sobre a postura dos artistas, de que são mais arejados, e na arte tem menos machismo. Isso é mentira. O que há é mais espaço para a reflexão”, observa.

Na música brasileira, há feminicídios assumidos, mas mascarados pela romantização do assassinato “passional”, como o homem de “O Julgamento” (Amado Batista), que “atirava sem parar” porque “ninguém sofre uma traição e se cala pra pensar”. A mesma ideia entoada por Sidney Magal no refrão “se te agarro com outro, te mato”.

É por isso que o aparente romantismo de Vinicius de Moraes em “Minha Namorada” soa como intimidador sentimento de posse: “você tem que me fazer um juramento de só ter um pensamento, ser só minha até morrer”. A canção coube perfeitamente como trilha da peça “Rosa Choque”, dos Conectores, justamente na cena em que o homem quer justificar ter assassinado a namorada.

Menos explícitas também são as baladas sertanejas sobre forçar o consentimento embebedando garotas, ao estilo “tequila, whisky e vodka, com esse trio eu sei que eu vou te pegar” (Trio Brivana), insistindo quando “você me fala que não”, mas “eu sei que você me quer” (MC Biel, que teve de pedir desculpas pelo assédio a uma jornalista).

Essas e outras pérolas do assédio preparam o terreno para clipes como “Tudo de Bom”, lançado em 2015 pelo MC Livinho, em que uma garota é perseguida por homens mascarados, escapa da tentativa de estupro, mas se dá conta de que o seu perseguidor é um cara por quem ela estava a fim. E vai atrás dele. “O estupro é romantizado, isso é muito perigoso”, diz a pesquisadora Bárbara Caldeira, que investiga as relações entre a mídia e a violência contra a mulher - em especial, como a mídia impressa constrói vítimas e agressores em casos de assassinato de mulheres em série ou por pai ou marido.

A música, como o cinema, as séries, novelas e o teatro, são manifestações culturais que muitas vezes reproduzem a cultura do estupro - uma expressão que, às custas de muita dor, agora tornou-se conhecida da sociedade

brasileira. Não que a cultura do estupro seja nova, ela remonta à colonização, mas só agora parece visível. Ou, como diz a pesquisadora, aos poucos, começa-se enfim a entender que a violência contra a mulher não é uma soma de casos privados e isolados. “É uma forma de se livrar da responsabilidade: quando não se reconhece a violência contra a mulher como um problema público, não se tem a obrigação de se lidar com ela”, avalia. Para Caldeira, portanto, a liberdade de expressão “precisa ser pensada em contraponto ao respeito à dignidade humana”.

Reforço. A estudiosa comenta que, “quando se diz que essas músicas podem incitar a violência contra a mulher, ouve-se: ‘nossa, não é assim’”. Ela contrapõe que, embora a relação entre ouvir música e praticar a violência não seja imediata, não é inofensiva. “O problema do teor machista e misógino dessas letras é ajudar a banalizar a violência contra a mulher em uma sociedade em que isso já é naturalizado. Então, opera por reforço”, diz.

“Muitas pessoas não prestam atenção na letra e apreciam pela sonoridade; vejo que não é uma relação direta por um lado. Por outro, por que escrevem sobre isso? Porque é o que veem, o que ouvem, é naturalizado”, acrescenta a artista e professora Nina Caetano, conhecida como DJ Shaitemi Muganga, chamando a atenção para o conteúdo ideológico desse tipo de letra. “Se a gente não repensa e critica isso, é como se estivesse descolada da ideologia. O fato de ser uma ideologia aceita e naturalizada não quer dizer que não esteja ideologicamente envolvida. As pessoas acham que ideologia é só a esquerda. A dominante você não percebe porque está inserido nela”, analisa.

Por isso, casos de violência, como o estupro coletivo, ocorrido no Rio, redobram a atenção para a misoginia na música e nas outras artes. “A sociedade e sua produção cultural são imbricadas, não se pode falar delas de forma separada. Se a produção cultural é impactada por discursos de ódio e falas hegemônicas, ela também vai impactar (a sociedade). Estão o tempo todo se retroalimentando, não há quebra”, diz Caldeira. Assim, a cultura da violência contra a mulher “vai se cristalizando aos poucos quando não é problematizada”, completa.

Num país em que a cultura tantas vezes é relegada politicamente e desprezada por uma parcela da população que não reconhece seu valor,

basta lembrar dos números para não ter dúvidas da gravidade da relação entre a violência contra a mulher e sua naturalização na construção cultural. O Brasil está em quinto lugar no ranking mundial de feminicídios segundo o Mapa da Violência de 2015. E mais: aqui, cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos.

“É preciso pensar nessas mensagens, porque é um problema real do mundo empírico. Mulheres sofrem violência todos os dias”, diz Caldeira. “E isso não (vale) só para as músicas que fazem diretamente apologia à violência, mas também às que tratam a mulher como objeto e a destituem de humanidade. Praticar a violência contra aquela outra que você não vê como semelhante fica mais ‘fácil’ e ‘aceitável’, com todas as aspas possíveis”, analisa.

Exemplo disso era “Lôraburra”, quando Gabriel Pensador cantava: “Mas eu só vou te usar, você não é nada pra mim (...) Lôraburra, cê não passa de mulher-objeto”. Para piorar, no clipe, a moça rejeitada após o sexo se matava, e o rapper jogava uma camisinha usada sobre o corpo dela no velório.

Outra faceta disso é a romantização das relações abusivas e da submissão da mulher. “Muita gente fala que as músicas do Chico são machistas”, comenta Bia Nogueira, ponderando que “a maioria está no contexto de espetáculos, mas, por que a mulher sempre aparece nesse lugar da que ama apesar de o cara trair? A que é agredida e continua lá, sempre doce esperando seu macho?”

Para Nina Caetano, há de se considerar o contexto de produção - o que faz um samba machista dos anos 40, como “Ai que Saudades da Amélia”, de Mario Lago, ser mais compreensível do que um escrito hoje, mas a apologia ao feminicídio é inaceitável em qualquer tempo. O que pesa é se, à época, o artista já era reacionário e preconceituoso, mesmo que houvesse posições mais críticas ao redor.

Afeto. Se a misoginia aparece em todas as produções culturais, na música ela adquire atributos singulares. O ritmo e a melodia estabelecem uma relação mais sensorial do que racional. Além disso, “nossa relação com a música é permeada pelo afeto e pela memória, é de socialização de grupos e

de comunidades. Então, não é só uma música, é uma forma de nos relacionarmos com o mundo”, diz Caldeira.

E quando aquele artista que marcou sua vida lança uma música misógina? “As pessoas, às vezes, preferem ignorar. Por mais que a relação de afeto exista, é preciso escutar. A partir do momento em que as mulheres dizem que é uma violência, elas têm um lugar de fala legitimado pela própria experiência. Seria muito produtivo se os próprios artistas reconhecessem esses discursos de ódio e absorvessem essas reivindicações”, diz a pesquisadora.

“O Criolo, quando foi lançar seu disco, falou que refez várias letras porque se tocou que eram misóginas e homofóbicas, isso alguns anos depois de ter escrito. Esse movimento é raro. Os homens fazem menos essa desconstrução porque estão sentados no privilégio”, comenta Nina Caetano.

Bárbara Caldeira e Bia Nogueira chamam a atenção para o caso dos Racionais MCs, por músicas como “Mulheres Vulgares”. “É um grupo que faz a reflexão sobre a opressão contra o negro, mas não consegue dar esse passo sobre a opressão das mulheres”, diz a cantora. “Não é porque uma manifestação cultural e musical tem algum aspecto de resistência que não será opressora em outro”, concorda Caldeira.

Mulheres se unem para conquistar espaço na música

Diante da quantidade de letras que incitam a violência contra a mulher na música brasileira, não é por pouco que um disco como “A Mulher do Fim do Mundo”, de Elza Soares, seja tão celebrado. Sobrevivente, Elza brada: “cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”, dando o número do disk-denúncia (180). No funk, também ganha espaço o empoderamento feminino, que tem como face mais conhecida Valesca Popozuda. Ainda que reforce a rivalidade feminina, afirma a propriedade do próprio corpo e desejo.

“Larguei Meu Marido”, da Gaiola das Popozudas, “A Porra da Buceta É Minha”, de Valesca, e “Piranha É o Caralho, Você Não Sabe o que Eu Sofri em Casa”, da MC Nem, são o trio preferido da DJ feminista Shaitemi Muganga, nome adotado por Nina Caetano. Ela começou a tocar há três

anos, chamada pela DJ Black Josie, que queria ampliar o espaço para DJs mulheres na cidade. Depois de um tempo, começou a investigar a discotecagem feminista, que pode ser dançada com frequência em festas na Gruta.

Na set list, os hits machistas estão vetados - e ela estranha que outras DJs os toquem. “Mesmo quando não ponho discotecagem feminista, muita coisa não entra por apologia ao estupro, misoginia, violência contra a mulher”, diz.

E não falta mulher talentosa para tocar. Recentemente, a DJ se apaixonou pelo som da MC Dandara, da velha guarda do Rio, “da época em que o funk era político”, como diz. Zaika dos Santos, Sarah Guedes, Negra Lud, Tamara Franklin, Negra Black, Pérolas Negras, Luana Hansen, Tati Botelho e Karol Conká estão na sua lista, embora algumas mineiras ainda não tenham gravação com qualidade de estúdio para as festas. “A produção das mulheres daqui é muito boa, forte e combativa”, elogia Nina.

Se a cena musical feminista está cada vez mais potente, é consequência da união das próprias mulheres para se fortalecerem. Isso vale para as DJs e para as compositoras.

A cantora e compositora Bia Nogueira produz dois desses projetos: o Mulheres Criando, que acontece na Efêmera Casa de Artes, e o Sonora - Ciclo Internacional de Compositoras, que começa no dia 2 de julho, no mesmo local, e vai até 10 de julho. Serão 50% de cantoras negras e 50% brancas, com uma noite reservada ao rap. Titane vai interpretar músicas de outras autoras, e Marina Machado, Trio Amaranto, Ana Cristina e Déa Trancoso também participam.

“É um lugar de fomento, porque a gente não tem espaço. Os festivais de composição são muito masculinos. Os editais que têm como foco a composição privilegiam homens. Isso é esmagador. Programas maravilhosos, como o Cantautores, o Salve o Compositor - que tem o cuidado de colocar mais mulheres, mas ainda é pouco -, e o Savassi Jazz Festival têm muito pouco espaço para compositoras e para pessoas negras. Como vamos reverter isso? Se a gente não se unir nessas alteridades, fica muito difícil seguir em frente”, diz Bia.

Como ela diz, é preciso que aqueles que já têm espaço cedam para que caibam os outros também. (LR)



Acesse no site de origem: [Misoginia em verso e refrão, por Luciana Romagnolli \(O Tempo, 26/06/2016\)](#)

‘Orange is the New Black’ e a persistência de opressões e privilégios, por Joanna Burigo

(CartaCapital, 23/06/2016) A quarta temporada é escancaradamente politizada e captura bem o esprit du temps feminista

Já faz alguns anos que o que acontece de mais interessante e socialmente relevante no universo das produções audiovisuais se concentra em seriados – tanto os veiculados na TV quanto os que consumimos sequiosamente via Netflix.

Desde *Família Sopranos*, série da HBO sobre uma família mafiosa que veiculou de 1999 a 2007, parece ser consenso entre a crítica especializada que o formato, hoje mais que o Cinema, captura e expressa o *zeitgeist*.

As aclamadas séries *Breaking Bad* e *Mad Men*, juntamente com *Sopranos*, são costumeiramente tratadas como a santíssima trindade desta era de produções televisivas que, com técnicas cinematográficas e roteiros astutos, primam por qualidade narrativa e se distanciam do modelo ordinário dos tradicionais enlatados.

Séries de TV costumavam ser vistas como puro entretenimento, mas hoje o modelo desempenha funções um pouco mais intelectuais, e uma das

características mais marcantes desta fase dos programas seriados é a inclusão – em muitos deles – do pensamento e do discurso feminista.

Mad Men, sobre a indústria de publicidade na Nova York dos anos 1960, se sobressai por escolher expor as consequências negativas da cultura patriarcal nas vidas de todas as personagens do show. A série fornece tantos exemplos de situações em que o que chamamos de privilégio masculino e branco se revela, que ela chega a facilitar a compreensão do conceito para leigos.

O feminismo em *Mad Men* não é declarado, até porque na época em que a narrativa se dá, a dita segunda onda ainda não tinha estourado propriamente, e é apenas em um dos últimos episódios que um nome feminista aparece (o de Betty Friedan, que lançara *A Mística Feminina* em 1963).

Mas o pensamento feminista está embutido no processo criativo, e isso fica bastante evidente no desenrolar dos arcos das protagonistas – é impossível não reparar que os sucessos e fracassos profissionais de Joan Holloway, Peggy Olsen e Betty Draper estão indelevelmente imbricados nas relações de poder que informam suas relações com homens, no trabalho e em casa.

Mas se *Mad Men* se destaca, esta não é a única série a demonstrar como é possível inserir questões feministas em sua produção. Os seriados baseados nos quadrinhos da Marvel vêm representando mulheres de formas bem diferentes do papel feminino clássico das narrativas sobre super-heróis: saem as belas coadjuvantes que precisam ser salvas, entram protagonistas complexas e repletas de humanidade.

A relação entre Jessica Jones, super-heroína do seriado homônimo, e Kilgrave, seu algoz e arqui-inimigo na primeira temporada, é uma metáfora sublime para relacionamentos abusivos e a força necessária para sair deles.

Muitas outras séries lançadas nos últimos dez anos incorporam questões árduas de gênero em seus roteiros, e críticas feministas agudas podem ser encontradas também em produções de fora dos EUA, além de nos costumeiros enlatados de lá. Da sagaz mente de Tina Fey veio *Unbreakable*

Kimmy Schmidt, comédia situacional que satiriza a vida comezinha da Nova York atual com personagens femininas hilariantes e completamente falhas.

A neozelandesa Jane Campion denuncia o patriarcado através da cultura do estupro no drama *Top of The Lake*, onde a facilidade com que feminismo vira culto também é abordada. E foi a série britânica *The Fall* que nos presenteou com Stella Gibson, quiçá a personagem escrita da forma mais competentemente feminista que se tem registro.

Mas talvez a série que mais explicitamente aborde questões sobre mulheres - e com uma honestidade brutal, tanto nas cenas dramáticas quanto nos momentos mais cômicos - seja mesmo *Orange Is The New Black*.

Para a espectadora novata, num primeiro momento pode até parecer que *Orange Is The New Black* seja sobre Piper Chapman, uma mulher branca e narcisista condenada por transportar dinheiro para sua namorada traficante, e que entra no complexo prisional via Penitenciária Litchfield, onde se desenrola a história.

Todavia logo fica evidente que a série na verdade é uma saga tragicômica sobre interações entre mulheres que vivem às margens da sociedade, lidando com a persistência de opressões e privilégios institucionais relacionados a gênero, etnia e classe social.

Esta descrição se aplica às três primeiras temporadas, e na mais recente - mais abertamente politizada do que as anteriores, e disponível na Netflix desde sexta-feira 17 de junho - questões de identidade cultural e tensões referentes a racismo e alteridade são testadas num novo e carregado contexto: superlotação, corporativismo selvagem, e a ascensão de um fascismo militarista no presídio recém-privatizado.

O show se manteve tocante, mas as fortes emoções que ele já costuma engendrar foram intensificadas nesta temporada, que está ainda mais sombria e bufa. A combinação entre a privatização do presídio e a enxurrada de novas prisioneiras foi perfeitamente utilizada pela série para evidenciar não somente a falta de ética que perpassa certas decisões corporativas, mas também para explorar as motivações por trás da violência que permeia a vida

de pessoas sem privilégio social.

A inserção de novas detentas e da nova equipe correcional na narrativa dá continuidade ao hábito das criadoras da série de utilizar personagens como símbolos de estruturas sociais. Desde a primeira temporada, os papéis masculinos em especial são usados como arquétipos, estereótipos ou protótipos de grupos, instituições e posições de poder e privilégio patriarcais.

O diretor do cárcere, Joe Caputo, personifica bem esta simbologia, e é perceptível o quanto seu poder oscila de acordo com a situação: perante as detentas Caputo se faz de durão, mas diante de seus superiores ele geralmente encarna o executivo bobalhão.

Caputo é um ser humano complexo, mas o show deixa claro: ele é um homem em posição de autoridade, e apesar de sofrer para conciliar seu desejo genuíno de conferir bem estar às prisioneiras e a preocupação legítima em relação aos rumos de sua carreira, ele conta com um sistema social que vai validar ou mesmo glorificar suas ações e decisões mais egoístas.

O mais novo papel masculino, o do guarda prisional Desi Piscatella, concentra em si homossexualidades misóginas e personalidades com inclinações totalitárias, e é precisamente a sordidez deste fascista gay que inspira uma coalizão inesperada entre as detentas - reforçando assim o simbolismo da complexidade dos feminismos pós-modernos que a série parece pretender projetar.

As histórias das detentas sempre foram contadas através de suas interações na prisão e com flashbacks de suas vidas antes do cárcere, que escavam suas psiques e as conferem um caráter mais humano e menos institucional - o que avigora que o protagonismo desta série é indiscutivelmente das mulheres.

Uma detenta que foi introduzida nesta temporada, no entanto, personifica alguns sistemas sociais. Judy King, personagem que emula Martha Stewart (uma Ana Maria Braga estadunidense, que foi sentenciada a cinco meses de prisão, em 2004, por envolvimento em um escândalo no mercado de ações) simboliza o poder que reside nas - e emana das - mãos de celebridades.

King é racista e egocêntrica, abusa do domínio que sua fama impõe até

mesmo sobre os funcionários da cadeia, e assim encapsula a cegueira e a inclinação dominante que são inseparáveis do privilégio branco e rico.

Orange Is The New Black não tem medo de problematizar questões espinhosas, e as roteiristas chegam a exagerar na adição de camadas que conferem complexidade às já polêmicas situações.

Os argumentos sobre semântica religiosa que aconteceram na quarta temporada entre a judia convertida Cindy Hayes e sua nova companheira de cela, que é muçulmana, dissipam dúvidas com as quais gentios sempre questionam os dois dogmas, mas como o diálogo se dá entre duas mulheres negras, o sentido pesado da histórica inimizade é completamente deslocado, e é o humor surreal da cena o que facilita a abordagem de tema tão denso.

Fantasia romântica também são desconstruídas, especialmente através do idealismo ilusório de Lorna Morello, que agora está casada com um marido que mal vê, mas cuja cena da visitação - particularmente vívida e carregada de tensão sexual, emoção e vergonha alheia - nos leva a ter empatia com os devaneios amorosos oriundos de sua solidão.

Sexualidade e romances interracializados também compõem o pacote de tópicos abordados nesta temporada, e confesso que ao assistir a breve altercação entre Big Boo e o casal Poussey Washington e Brook Soso imaginei que Judith Butler ficaria feliz com o tensionamento entre gênero, sexualidade e raça que a cena faz.

A asiática Soso diz se apaixonar por pessoas e não gêneros, e namora Poussey, negra e declaradamente lésbica; enquanto ensaiam um jogo informal de basquete, as duas são interpeladas por Boo, a sapatona mais *dyke* da série, que é branca, e que pede que a “gracinha de sexualidade fluída” saia da quadra para que os “homens de verdade” possam jogar.

Nos poucos minutos em que a cena se dá, a série ratifica o que a teoria de gênero propõe: questões de sexualidade e identidade são melhormente compreendidas na seara do social do que em função de biologia.

O fato de que todas as participantes da cena eram mulheres, e de que a orientação sexual de todas era lésbica, não impediu que um atrito esportivo

fosse retoricamente pautado pela sexualidade e identidade de gênero das participantes. A vida é complexa, e onde há relações de gênero, há relações de poder...

Sofia Burset, a presidiária trans da série que fez de sua atriz - a também transexual Laverne Cox - uma *pop star* internacional, terminou a terceira temporada na solitária, e é lá que ela passa a maior parte da quarta.

Sua relativa ausência pode ser compreendida como analogia para o apagamento social de pessoas trans, e a pichação na parede das alas comuns, onde se lê que "Burset tem um pau", corrobora com essa interpretação: nesta temporada, o pouco tempo de cena de Sofia reflete a baixa recepção social para subjetividades trans, que quando não são aniquiladas, tendem a ser invisibilizadas ou forçosamente reconfiguradas por causa de sua fisiologia.

Saúde mental também foi um tópico bastante explorado, e se Suzanne "Crazy Eyes" Warren foi o papel que personificou instabilidades psíquicas ao longo das três primeiras temporadas, nesta última as questões de sanidade foram bem exploradas em outras personagens.

A aproximação entre a detenta Lolly Hill e o oficial prisional Sam Healy, que se dá em função de os dois compartilharem histórico de psicoses, resgata a humanidade de ambos e relembra a audiência de que loucura não é crime.

Mas o tema central desta mais recente temporada são relações raciais e étnicas. Tendo a campanha #BlackLivesMatter como pano de fundo, a série não desperdiçou a oportunidade de demonstrar a velocidade com que argumentos anti-racistas são resignificados - e diante das tensões que se acumulam no presídio lotado, não demora para que um grupo neonazista se forme por ali, trazendo retrocesso até mesmo para os confins do já ultrapassado sistema penal.

O aumento no número de detentas também significou que as latinas agora formam a maioria, mas isso não se traduz para supremacia: os flashbacks de Maria Ruiz, Maritza Ramos e Blanca Flores, bem como seus empreendimentos financeiros no cárcere e os xingamentos trocados entre elas (que se referem às cubanas como "Bacardi Bitches"), explicitam muitas

das tensões entre linhagens latinas que vemos acontecer com as detentas.

A série - que pode e deve ser vista de uma só vez, pois já está inteiramente disponível - aborda questões difíceis sem torná-las desagradáveis, e consegue fazer piada de absolutamente todos os cuidados politicamente corretos que costumamos tomar.

Um dos diálogos envolvendo a sensacional cozinheira russa Galina “Red” Reznikov, resume este espírito: ao transformar a marcação à ferro de uma suástica, feita em uma das detentas, em um quadrado contendo uma cruz, ela diz: *“Quando Deus te dá uma suástica, ele abre uma janela. Daí você lembra: Deus não existe”*.

Mas a Deusa sim. E ela adora *Orange Is The New Black*.

Acesse no site de origem: [‘Orange is the New Black’ e a persistência de opressões e privilégios, por Joanna Burigo \(CartaCapital, 23/06/2016\)](#)

ONU e embaixadas promovem 1º Festival Internacional de Cinema LGBTI em Brasília na próxima semana

(ONU Brasil, 16/06/2016) Mostra é gratuita e acontece do dia 20 a 26 de junho no Cine Brasília. Festival vai exibir sete curtas e nove longas de diferentes nacionalidades. Iniciativa acontece na mesma semana da 19ª Parada do Orgulho LGBTI de Brasília.

Como parte das comemorações do Mês do Orgulho LGBTI em Brasília, as Nações Unidas e representações diplomáticas de diversos países vão realizar,

do dia 20 a 26 de junho, o [1º Festival Internacional de Cinema LGBTI](#) da capital federal. A mostra exibirá sete curtas e nove longas de diferentes nacionalidades no Cine Brasília. A entrada é gratuita.



O objetivo do evento é promover a reflexão não apenas sobre diferentes formas de discriminação e violação dos direitos humanos, mas também sobre a importância do respeito a lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersexuais e de sua inclusão como protagonistas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Festival será promovido pelas Embaixadas da Bélgica, Canadá, Países Baixos, Dinamarca, Estados Unidos e Noruega e conta com o apoio das Embaixadas da Suécia, França e Reino Unido, da Parada do Orgulho LGBTI de Brasília e das Nações Unidas no Brasil.

A ONU apoia a mostra por meio das iniciativas #ZeroDiscriminação e “Livres & Iguais”, voltadas para a promoção dos direitos humanos e LGBTI. O Festival acontece na semana da 19ª Parada do Orgulho LGBTI de Brasília — que será festejada no dia 26 de junho. [Acesse aqui o evento no Facebook.](#)

Junho é mês do Orgulho LGBTI

O mês de junho é celebrado internacionalmente como o Mês do Orgulho LGBTI. Paradas, festas, simpósios, shows e eventos culturais ao redor do mundo prestam homenagem aos protestos de Stonewall, em 1969 — quando ativistas e membros da comunidade LGBTI enfrentaram as forças policiais de Nova York pelo fim da discriminação com base em orientação sexual e em identidade de gênero.



Desde então, as comemorações representam não apenas o reconhecimento da importância que as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexuais têm em nossa sociedade, mas também uma forma de se posicionar contra a discriminação e pelo fim da violência contra o público LGBTI. Esses eventos celebram a promoção da autoestima, da dignidade, da diversidade, dos

direitos e da visibilidade.

As estatísticas do preconceito e da discriminação

O mês do Orgulho LGBTI também é marcado por memoriais e homenagens aos membros da comunidade que morreram em decorrência de crimes de ódio ou de complicações relacionadas à AIDS.

Ao redor do mundo, 74 países ainda criminalizam a homossexualidade. Em pelo menos 5 deles, está prevista a pena de morte para relações consensuais entre adultos do mesmo sexo. Estimativas da *Transgender Europe* revelam que 100 assassinatos de pessoas trans e gênero-diversas foram reportados nos primeiros quatro meses de 2016 - o número mais alto já registrado nesse período desde o início do acompanhamento, em 2008.

A maioria dos assassinatos de pessoas LGBTI, e especialmente de pessoas trans, acontece na América Latina. Das 1.654 mortes reportadas entre janeiro de 2008 e abril de 2016, o Brasil lidera o ranking com mais de metade das ocorrências.

Entre todas as seis regiões do mundo, os maiores números absolutos foram encontrados em países onde os movimentos trans são fortes e onde as organizações da sociedade civil desenvolvem formas mais precisas de acompanhamento: Brasil (845), México (247), Colômbia (108), Venezuela (104) e Honduras (80) na América Central e do Sul; Estados Unidos (141) na América do Norte; Turquia (43) e Itália (34) na Europa; e na Índia (55), Filipinas (40) e Paquistão (35) na Ásia.

“Bem, é só abrir a janela ou ler os jornais para ver os casos de preconceito, homofobia, sexismo e todo tipo de intolerância, muitas delas violentas, às diferenças de identidade de gênero ou qualquer tipo de orientação diferente da norma histórica e culturalmente estabelecida no mundo”, lamenta o programador do Cine Brasília e um dos curadores do Festival Sérgio Moriconi.

“Através de nossos diálogos com outros países, a nossa ação no âmbito da União Europeia e dos organismos internacionais, bem como através do apoio prestado à sociedade civil, a Bélgica continuará a propor medidas que visam

a descriminalização universal da homossexualidade e da transexualidade”, afirmou o embaixador da Bélgica, Josef Smetz.

“A iniciativa belga de coordenar esforços na organização do Festival Internacional de Cinema LGBTI em Brasília se encaixa inteiramente no âmbito de nosso mandato no Conselho de Direitos Humanos, que vai de 2016 até 2018, e de nosso papel como membro do Grupo Orientação Sexual e Identidade de Gênero (SOGI), em Genebra.”

Acesse no site de origem: [ONU e embaixadas promovem 1º Festival Internacional de Cinema LGBTI em Brasília na próxima semana \(ONU Brasil, 16/06/2016\)](#)

Em novo álbum, Beyoncé desperta para questão racial

(Brasil de Fato, 26/04/2016) *Lemonade*, sexto álbum de estúdio da cantora, se afirma importante peça de representatividade para negras e negros

A cantora estadunidense Beyoncé causou rebuliço na internet com sua mais nova produção, o álbum-filme *Lemonade*, lançado neste sábado (23). Desde 2013, quando vazou um álbum visual sem divulgação prévia, a cantora vem fazendo de cada lançamento um grande evento. Desta vez, seu sexto álbum de estúdio alcançou *status* de arte entre alguns críticos e público fiel ao apresentar-se de forma mais conceitual e, além disso, trazer um teor político, colocando em pauta questões acerca da representatividade de negras e negros nos Estados Unidos e no mundo.

Os versos que declama no vídeo, como “*I tried to change, closed my mouth more/ Tried to be soft, prettier/ Less...awake*” (“Eu tentei mudar, me calar mais/ tentei ser mais branda, mais bonita/menos... desperta”, em tradução

livre), já revelam uma Beyoncé que “acordou” para a questão racial e vem afirmando cada vez mais sua origem negra. Em *Lemonade*, suas referências vão desde Billie Holliday, Nina Simone e Malcom X, às mães de jovens como Trayvon Martin e Michael Brown, assassinados pela polícia estadunidense em Ferguson.

Opinião

Mas essa autoafirmação também gerou críticas. Em janeiro, quando a cantora apresentou a canção “*Formation*” durante o intervalo da final do Superbowl, horário mais nobre da televisão nos EUA, ela foi duramente criticada. No palco do evento, música, coreografia e figurinos carregavam uma série de referências à história do movimento negro, como os Panteras Negras, e faziam alusões à recente onda de violência no país.

Para a *rapper* brasileira Yzálú, “colocar um pessoal vestido de Black Panthers no Superbowl, onde a maioria do público é branca, é um tapa na cara”. Segundo ela, artistas como Beyoncé ou Rihanna fortalecem a cultura negra, mesmo dentro de uma forte lógica mercadológica. “Houve um momento em que você não poderia falar que você era negro, não poderia dizer que você tem orgulho de ser negro. Hoje, esses artistas vêm dando o recado: ‘Nós nos orgulhamos, nós temos uma cultura. E essa cultura está viva’”, disse.



Beyoncé durante apresentação no Super Bowl 2016 (Foto: Reprodução)

Já a tese de que o último movimento da cantora em direção às denúncias raciais seria uma forma de apropriação das lutas é refutada por Djamila Ribeiro, mestre em Filosofia Política e feminista negra. “As críticas da militância aconteceram mais no Brasil, onde ainda temos uma visão muito ortodoxa de uma esquerda que ainda não entendeu a questão racial. A partir do momento em que ela [Beyoncé] é negra, ela não está se apropriando, mas faz parte desta história de luta”, argumentou.

Segundo ela, muitos cobram uma postura de militante de uma cantora que, na verdade, é uma artista que está inserida em uma lógica capitalista. “Mas qual artista que não está? Então, eles fuzilam a Beyoncé e ninguém fala do [Kendrick] Lamar, que também está e é garoto propaganda da Calvin Klein”, questiona.

Neste caso, Djamila acredita que a questão de representatividade se sobressai à indústria cultural. Ela pontua que “independente de ser uma mulher rica, ela é uma mulher negra” e sua imagem é de grande impacto para meninas e jovens negras que se sentem representadas em contextos de pouca presença de negros na mídia, sobretudo no Brasil.

Mesmo assim, a pesquisadora pondera: “A representatividade tem um limite, isso é inegável. Não basta ser negro ou negra e reproduzir lógica de opressão. Mas isso não quer dizer que ela não seja importante. E reconhecer os limites é diferente de ignorar sua importância”, disse. Ela exemplifica com o voto da deputada Tia Eron (PRB-BA), que votou a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados. “Não quer dizer que não é importante ter pessoas negras nos espaços de poder. Mas também não basta ser negra e corroborar com toda aquela lógica que nos oprime. Mas no caso de Beyoncé, ela é uma artista que resolveu se posicionar. E eu acho importantíssimo quando o artista questiona seu tempo, para além de entreter”, afirma.

O mesmo afirma Yzalú, para quem a cantora estadunidense “chegou em um patamar” em que pode se desvencilhar dos desejos da indústria para falar do empoderamento negro e feminino. “E é extremamente propício para o momento que a sociedade vive nos EUA e também no Brasil, que consome muita música americana”, afirmou.

“Se ela usou toda essa influência para fazer este trabalho... ótimo. A gente precisa de representatividade e ela é uma figura forte para a mulher negra, que vem a cada dia nadando contra a maré para levantar sua voz. Uma mulher negra como a Beyoncé, a Rihanna e outros nomes simplesmente ascende uma chama de esperança para a gente. Precisamos de referências. Quanto mais a Karol Conká, da Flora Mattos, da Tássia Reis, Preta Rara, Luana Hensen, para mim é bom também. Isso é o que chamam de sororidade, né? Uma vem e puxa a outra. É cada vez mais importante nós mulheres negras estarmos coligadas, conectadas”, disse a rapper.

Rute Pina

Acesse no site de origem: [Em novo álbum, Beyoncé desperta para questão racial \(Brasil de Fato, 26/04/2016\)](#)

Madeline Di Nonno: ‘O Brasil tem uma das mais altas taxas de presença feminina em produções cinematográficas’

(O Globo, 12/04/2016) Executiva-chefe do Instituto Davis Geena sobre Gênero em Mídia, americana veio ao Rio participar de evento da Firjan sobre questões de gênero na mídia

“Sou formada em inglês pela Universidade de Boston. Descobri cedo a paixão pelo entretenimento e tenho mais de 30 anos de experiência na indústria de entretenimento e mídia digital. Procurava modelos de mulheres bem-sucedidas, mas não as encontrava na mídia. Buscava em obituários histórias de mulheres inspiradoras. Hoje, uni as duas coisas.”

Conte algo que não sei.

Quando uma mulher está no comando de uma produção cinematográfica, seja como roteirista ou como diretora, há um aumento de cerca de 7,5% de mulheres trabalhando por trás das câmeras. Por isso, se metade da Academia de cinema fosse formada por mulheres, nós não teríamos o tipo de Oscar que temos visto ultimamente. E não apenas teríamos mais mulheres, como também mais diversidade étnica.

Seu trabalho, porém, é focado na programação infantil. Por que isso?

As poucas personagens femininas que existem na indústria de entretenimento, na maioria das vezes, não têm carreiras, são altamente sexualizadas. Normalmente, o único propósito delas é servir de romance ou apenas serem bonitas. Se as crianças crescem com esse tipo de visão irão reproduzir isso.

De que maneira a representação feminina na TV pode influenciar a percepção das crianças sobre a sua realidade?

Meninas com 6 anos estão se autosssexualizando. Elas passam a se enxergar através das lentes masculinas com as quais os programas infantis são produzidos. Nos EUA, crianças com menos de 8 anos estão vendo de sete a dez horas diárias de diferentes tipos de mídia. Mas elas não têm filtros — não têm habilidades críticas para assistir a um programa e se perguntar: “Eu não me reconheço aqui. Por quê?” Se os filmes mostrarem mulheres com carreiras, cientistas, engenheiras, astronautas ou jogadoras de basebol, e se meninos e meninas crescerem vendo isso, será normal que, quando adultos, entrem em uma sala em que metade das pessoas seja de mulheres, ou em que uma CEO e os líderes também sejam mulheres, porque cresceram vendo isso.

Qual a idade em que devemos começar a ter essa preocupação?

Quando muito novinhas, as crianças não entendem a diferença de gêneros e, até os 5 anos, ela não ligam para isso. É a partir dos 6 anos que se torna fundamental ajudá-las a adquirir habilidades críticas de pensamento.

E como fazer isso?

É preciso assistir, na medida do possível, aos mesmos programas que seus filhos. Se for um filme de esportes que não tenha mulheres, introduza a ideia: poderia ter uma menina ali? Ela poderia praticar o esporte? E discuta com eles, para que aprendam a questionar.

Por que começar com a TV e o cinema?

Porque só a mídia pode mudar da noite para o dia — porque é ficção. Enquanto outras categorias de negócio, a política, a academia, o Direito podem levar anos para alcançar igualdade de gêneros, a TV e o cinema podem mudar essa realidade com um piscar de olhos.

Há exemplos disso?

Ao ouvir sobre o problema de representação feminina, o diretor de “O Pequeno Príncipe”, Mark Osborne, não só introduziu uma personagem, que acabou se tornando a principal, como acrescentou mulheres ao elenco. Isso é sucesso.

A História brasileira é marcada por uma cultura patriarcal e machista. Nossos filmes refletem essa realidade?

Pelo contrário. O Brasil tem, na verdade, uma das mais altas taxas de presença feminina em suas produções cinematográficas — 37% —, quando comparado aos dez países com os cinemas de maior relevância mundial. Além disso, vocês têm ainda uma das mais altas taxas de escritoras, 40%, e de produtoras, 47%.

Acesse o PDF: [Madeline Di Nonno: 'O Brasil tem uma das mais altas taxas de presença feminina em produções cinematográficas' \(O Globo, 12/04/2016\)](#)

Só se veem muitos negros na TV se o assunto for escravidão, diz Zezé Motta

(Folha de S. Paulo, 10/04/2016) Depois de um atraso no voo que vinha do Rio, Zezé Motta chega sorridente e apressada ao Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, em SP, para um bate-papo com fãs. “Está muito tarde? Ainda estão esperando?”, pergunta à repórter Letícia Mori antes de dar uma arrumadinha na roupa e no cabelo.

A sala é pequena –a ideia é que o encontro seja intimista– e está lotada. Mais da metade da plateia é composta por jovens mulheres negras, que fazem a maior parte das perguntas. Várias delas contam como a atriz foi um modelo e como as fazia se sentir representadas. “Eu lembro a primeira vez que te vi. Gritei: ‘Olha mãe! Tem uma negra na TV e ela não é empregada!’”, diz uma das jovens.

Leia mais: [Ator Luis Miranda desabafa no Facebook após ser confundido com garçom \(HuffPost Brasil, 09/04/2016\)](#)

Zezé ficou marcada por personagens fortes e complexas como Xica da Silva, do filme homônimo de 1976, e Dandara, do longa “Quilombo”, de 1984. Mas também representou muitas empregadas, tantas que já perdeu a conta. “O problema não é fazer o papel, é que as personagens não tinham vida própria, viviam a reboque dos outros”, diz ela.

Lembra de um episódio de quando começou a estudar artes dramáticas na escola O Tablado, uma das mais importantes do Rio. Uma vizinha ficou surpresa e disse que “não sabia que para fazer papel de empregada precisava de curso.” “Achei que ela era a pessoa mais ignorante do mundo. Mas quando fui pra TV foi assim mesmo”, conclui Zezé, que teve uma experiência diferente no teatro. A atriz estreou na peça “Roda Viva”, de Chico Buarque, dirigida por José Celso Martinez Corrêa.

Depois de rodar o mundo para divulgar o longa “Xica da Silva”, a atriz voltou ao Brasil e recebeu uma dezena de convites. Entre eles, um para encenar um conto de Clarice Lispector, “Festa de Aniversário”. “Fui devorando o texto no carro. Quando cheguei lá, o papel era pra servir salgadinho na festa. Eu disse não”. Afirma que os produtores e autores hoje em dia se preocupam mais com diversidade, mas que ainda “tem muito chão pela frente” antes do problema ser resolvido. “Você só vê um grupo muito grande de negros em cena quando o assunto é escravidão. E não adianta esperar por mudanças, nós é que temos que correr atrás. Eu ainda luto por representatividade na TV.”

Zezé se decepcionou com o desenvolvimento de seu papel na novela Boogie Oogie (2014), a mais recente que fez na Globo, em que também interpretou uma empregada. “Me disseram que ela ia incentivar o filho a ser diplomata, apesar das dificuldades que ele sofria. No fim, isso foi mencionado pouquíssimas vezes. Fiquei muito triste, meu personagem perdeu o sentido.”

Algumas das perguntas da plateia se repetem -como ela começou a militar no movimento negro e sobre padrões de beleza. Responde tudo com paciência, com sua voz calma e grave. Conta que começou a se aceitar quando viajou para os EUA nos anos 1960 para apresentar uma peça.

“Vi aqueles negros lindos, orgulhosos, de cabelo black power. E eu com uma peruca estilo chanel, pensando em fazer cirurgia no nariz porque me falavam

que o meu era feio. Eles foram perguntar pro diretor quem era aquela alienada.”

Diz que ainda existem muitos atores negros desempregados e deprimidos. “Antônio Pompêo [morto em janeiro, aos 62 anos] foi um deles, ele morreu de tristeza. Estava há muito anos sem nenhum papel.”

Não é o caso de Zezé, que aos 71 anos emenda um projeto atrás do outro. Depois de gravar a novela “Escrava Mãe”, que será exibida na Record em maio, ela planeja uma peça de teatro, participa da série “Condomínio Jaqueline” na Fox e vai lançar um documentário sobre a verdadeira história de Xica da Silva. Mas quer mesmo é falar do álbum “O Samba Mandou Me Chamar”, que lança neste ano. O projeto existe há 8 anos, mas só agora fechou com uma gravadora.

É a primeira vez que ela faz um álbum exclusivamente de samba, depois de quase dez discos lançados. “Cheguei a receber uma proposta para ir pro samba depois de meu primeiro LP. Na época eu era a [atriz negra] da moda. Hoje é a Taís Araújo”. Alguém na plateia diz que só deixam ter uma [mulher negra em destaque] por vez, e ela dá um sorriso irônico.

Continua: “A gravadora achou que naquele momento de sucesso eu deveria ir pro samba, que faria muito dinheiro”, conta ela, que não aceitou a proposta, feita “de forma desajeitada”.

“Me disseram que a Alcione não estava indo muito bem, tinha acabado de se separar, e que eu deveria tomar o lugar dela. E eu falei: ‘Gente, eu não quero o lugar de ninguém! Resisti também porque eu sabia que queriam me rotular de sambista por ser negra.”

“Hoje me sinto tão cantora quanto atriz”, diz ela, que dá uma palhinha antes de se despedir dos fãs. Quase todos os presentes na sala formam uma fila para abraçá-la e tirar fotos. “Queria dizer que a senhora é muito linda”, diz uma menina. “Esse ‘senhora’ é o que dói”, responde a atriz, rindo.

Já são quase 1h da manhã quando ela consegue terminar o encontro com os fãs e ir jantar em um restaurante nos Jardins. “Engraçado, eu não paro muito para pensar na velhice. Eu esqueço...”, diz, enquanto bebe um vinho branco.

“Tenho plagiado a minha mãe, que tem 90 anos. Sempre que perguntam: ‘Dona Maria, a senhora não vai ficar velha?’, ela responde: ‘Não tenho tempo, menina!’”

Zezé fala bastante de Dona Maria. “Sabe como é mãe, né? Eu moro bem, mas ela sempre comenta que fulano tá bem de vida, sicrano tem um tríples. Eu falo: ‘Fulano é contratado da Globo, mãe, eu não!’”, diz ela, que vive no Leme, no Rio de Janeiro, em um apartamento que foi da escritora Clarice Lispector.

Mãe de cinco filhas adotivas, Zezé já teve cinco maridos e diz que hoje sofre muito menos por amor. “Estou solteira há muito tempo. Tenho romances, mas não consigo me imaginar casada de novo, morando com alguém. Ao mesmo tempo tenho medo de ficar sozinha. Os filhos a gente cria pro mundo, né?”

Aos 40, ela achava que pessoas mais velhas não tinham vida sexual. “Eu me lembro de quando minha mãe se casou pela última vez, aos 60 anos. Eu pensava que ela estava se casando para ter companhia para ir ao teatro, para não jantar sozinha. Se eu soubesse...”, diz, e solta uma gargalhada generosa.

“Percebi que estava errada no dia em que ela me pediu para não dar cerveja demais pro marido dela porque depois ele não dava conta. Falei: ‘gente, ela ainda transa!’ E hoje, com 71, vejo que é por aí mesmo”, diz, rindo e tomando mais um gole do vinho.

Mônica Bergamo

Acesse o PDF: [Só se veem muitos negros na TV se o assunto for escravidão, diz Zezé Motta \(Folha de S. Paulo, 10/04/2016\)](#)

Pesquisa revela disparidade

entre falas de homens e mulheres em Hollywood

(O Globo, 08/04/2016) Estudo analisou mais de dois mil roteiros e produziu estatísticas surpreendentes

Um site decidiu transformar a discussão sobre sexismo em Hollywood em dados concretos. Matt Daniels e Hanah Anderson, do Polygraph.com, debruçaram-se sobre mais de dois mil roteiros e analisaram a quantidade de diálogos atribuídos a atores e atrizes. O resultado ilustra com clareza a presença superior de vozes masculinas no cinema.

Ao todo, 1195 filmes têm entre 60% e 90% dos diálogos pronunciados por homens. Por mulheres, 166. Acima da faixa de 90%, a disparidade fica ainda mais dramática — são 306 filmes em que a maioria das falas é dita por atores, contra apenas oito títulos em que as atrizes se destacam.

— As pessoas andavam falando sobre gênero no cinema sem nenhuma estatística em mãos, então nós simplesmente fomos atrás disso — explica Daniels, em entrevista ao GLOBO, por e-mail. — Foi surpreendente descobrir que ninguém havia feito algo semelhante. Todo mundo fala sobre representatividade em filmes, mas sempre se apoiando mais em anedotas do que em dados concretos.

Os autores reconhecem, no entanto, que o estudo não é perfeito. A maioria dos diálogos de “Mulan” (1998), por exemplo, é dublada por homens — o que não significa que a trama não gire em torno de uma personagem feminina. O único critério usado foi a presença de diálogos escritos nos textos.

All Films' Dialogue, by Cast Member and Gender



Em 306 filmes, a maioria das falas é dita por atores, contra apenas oito títulos em que atrizes predominam (Foto: Reprodução)

E, mesmo assim, muitas vezes o que está no roteiro não é o que aparece nas telas. É comum os cineastas modificarem a trama e cenas serem cortadas ou acrescentadas. Dito isto, Daniels e Hanah acreditam que, mesmo que casos específicos apresentem erros, os resultados continuam sendo relevantes. Na seção que se aprofunda nos desenhos da Pixar e Disney, a informação de que mais da metade dos diálogos de “Frozen: Uma aventura congelante” (2013) é dublada por homens pode soar surpreendente, já que a produção se concentra em duas princesas.

— Honestamente, passei mais tempo visualizando os dados do que analisando-os. O objetivo do projeto foi coletar e disponibilizar informações para que as pessoas possam tirar suas próprias conclusões — ressalta Daniels, acrescentando que a seleção dos roteiros não seguiu um critério específico. — Usamos o que achamos (*na internet*). Infelizmente, a amostra pode ser um pouco distorcida.

De qualquer forma, os longas-metragens encontrados têm estilos diversos e foram separados por gêneros como ação, drama, comédia e terror. “Em 22% dos filmes analisados, as atrizes tiveram a maior quantidade de diálogos”,

afirma o texto do Polygraph.com. “Normalmente, as mulheres vêm em segundo lugar (34% dos filmes). A estatística mais abismal é quando as mulheres ocupam pelo menos dois três papéis principais, o que ocorre em 18% dos filmes. Para os homens, o mesmo cenário corresponde a 82%.”

Segundo o [gráfico apresentado pela pesquisa](#) (em inglês), 70 filmes têm 100% dos diálogos pronunciados por homens. Entre eles, estão “Mestre dos mares: O lado mais distante do mundo” (2003), “Guerra ao terror” (2008) — dirigido por Kathryn Bigelow —, “A lista de Schindler” (1993) e “O regresso” (2014). No outro lado da moeda, apenas dois longas tiveram falas totalmente ditas por mulheres: o terror “Abismo do medo” (2005) e a comédia “Agora e sempre” (1995). É preciso ressaltar que, para serem considerado pelos pesquisadores, os personagens, independentemente do sexo, deveriam pronunciar pelo menos 100 palavras.

A pesquisa também colocou a idade dos atores na equação. Nesse caso, “o número de diálogos entre homens e mulheres é completamente oposto”, escrevem os autores. “Diálogos disponíveis para mulheres com mais de 40 anos caem substancialmente. Para os homens, é exatamente o contrário: há mais papéis disponíveis para atores mais velhos.”

Acesse o PDF: [Pesquisa revela disparidade entre falas de homens e mulheres em Hollywood \(O Globo, 08/04/2016\)](#)